

Foto: Agência Brasil - Wilson Dias



UMA AGENDA PARA O BRASIL

Propostas do PSB para um projeto
estratégico de desenvolvimento
sustentável

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Organização
Carlos Siqueira
Renato Casagrande



UMA AGENDA PARA O BRASIL

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Organização

Carlos Siqueira
Renato Casagrande

Consultores

Aspásia Camargo
Cesar Benjamin
Paulo Rabello De Castro

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Renato Casagrande

Diretor Administrativo

Milton Coelho da Silva Neto

Diretor Financeiro

Renato Xavier Thiebaut

Diretor de Assessoria

Jocelino Francisco de Menezes

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

Carlos Siqueira

Serafim Corrêa

Dalvino Troccoli Franca

Kátia Born

Álvaro Cabral

Adilson Gomes da Silva

Paulo Afonso Bracarense

Manoel Alexandre

Bruno da Mata

James Lewis

Silvânio Medeiros do Santos

Francisco Cortez

Gabriel Gelpke

Joilson Cardoso

Versão digital



Acesse o link:

www.fjmangabeira.org.br/umaagendaparaobrasil

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer

Ana Lúcia de Faria Nogueira

Gerson Bento da Silva Filho

EQUIPE FJM

Coordenação da Escola Miguel Arraes

Adriano Sandri

Assessoria de Comunicação

Handerson Siqueira

Luciana Capiberibe

Coordenação Editorial

Márcia H. G. Rollemberg

Editoração

Quanta Consultoria, Proj. e Editora Ltda.

Revisão

Natália Tissiani Calderón

Impressão

Gráfica e Editora JEP Ltda

Ficha catalográfica

DOX Gestão da Informação.

Wilians Juvencio da Silva CRB 620 - 1ª

Região

F981u

Fundação João Mangabeira.

Uma agenda política para o Brasil: propostas do PSB para um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável/ Fundação João Mangabeira. – Brasília: editora FJM, 2016.

48p.; 17 x 25 cm; il., color.

Organizador: Carlos Siqueira e Renato Casagrande.

ISBN: 978-85-60441-22-8

1. Política 2. Plano estratégico. I. Título, II. Siqueira, Carlos, III. Casagrande, Renato.

CDD: 320

CDU: 32

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS ESTRATÉGICOS E SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES SISTÊMICAS

Premissas políticas de um projeto nacional de desenvolvimento

Déficits que têm impedido a inserção soberana do Brasil no sistema-mundo

Sujeição à financeirização da economia global

A reboque processo: ciência, tecnologia e inovação

A imposição da perspectiva rentista: remunerar o capital volátil, em detrimento do desenvolvimento

Déficits educacionais diante da sociedade do conhecimento

Os usos do território no contexto da inserção subalterna no sistema-mundo: sustentabilidade, soberania e modelo agrícola

O cadáver insepulto: da Lei de Terras de 1850 às cidades excludentes

DESENVOLVIMENTO: QUADRO DE CONJUNTURA E MEDIDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Principais limitações ao desenvolvimento no período democrático

Tarefas políticas em um Projeto Nacional de Desenvolvimento

Reforma do Estado

Reforma política

Reforma tributária

Reforma orçamentária

Disciplina fiscal e controle do endividamento público

Política industrial

Reforma fundiária urbana e rural

Reforma educacional

UMA AGENDA PARA O BRASIL

MIGUEL ARRAES, 100 ANOS DE NASCIMENTO

“Muitos me têm perguntado sobre o que vamos fazer. Tenho respondido, entre outras coisas, que podemos acabar com o tipo de governo paternalista e compadresco, que julga conceder favores ao povo, doar coisas ao povo, para criar um tipo de governo que possibilite a participação do povo no próprio processo administrativo. Uma escola, por exemplo, não pode ser entendida como doação magnânima de nenhum governante; também não deve ser considerada, apenas, um prédio que o governo constrói e para o qual nomeia uma professora. É necessário que o povo sinta e saiba que a escola foi construída com dinheiro seu, é parte de sua vida e da de seus filhos e a eles pertence. E por isso o povo precisa ajudar a escola, e ele ajuda quando participa dos debates que precedem a construção, quando participa das dificuldades para construir e manter a escola, quando se capacita de que é necessário ajudar a professora a integrar-se no meio das famílias onde a escola funciona. Essa participação do povo contribui para modificar a própria concepção da escola. Ela deixa de ser um prédio que o governante manda construir, põe uma placa e vai inaugurar como se estivesse fazendo um presente ao povo. O povo precisa aprender que não está recebendo presente algum, que aquilo é dinheiro seu, é trabalho seu. E, só assim, participando, é que o povo poderá exigir que a escola não seja suntuosa, porque somos um povo pobre e temos de fazer milhares e milhares de outras escolas, não podemos gastar dinheiro para alimentar a vaidade e a cobiça eleitoreira de maus governantes. Quando se vai construir um conjunto de casas, o povo deve debater amplamente o problema da habitação popular; não podemos impingir ao homem humilde e à sua família, apenas porque são humildes, um tipo de moradia cujo projeto eles nem conhecem, não foi por eles discutidos. Outro tipo de participação é a vigilância que o povo deve exercer sobre os compromissos assumidos por seus representantes, a fim de que seus interesses não sejam subestimados ou traídos”.

Discurso de posse no Governo de Pernambuco, 31/01/1963, *In memoriam*

APRESENTAÇÃO

O documento que trazemos a público é o produto de muitos anos de reflexão interna, tanto no âmbito da Fundação João Mangabeira, quanto do Partido Socialista Brasileiro. As contribuições individuais, portanto, são inumeráveis e não poderiam ser adequadamente resgatadas, sem que se incorresse em injustiças. Por esse motivo, o crédito de autoria é atribuído à Instituição, que representa a todos.

O tema da publicação pode ser enunciado de forma direta: procuramos os modos e formas pelos quais as aspirações democráticas que levaram à superação do regime militar possam ser realizadas na prática, tornando o Brasil um país mais inclusivo, justo, fraterno, com maiores e melhores oportunidades para todos.

Temos que reconhecer que tanto a missão da reflexão teórica, quanto a prática política que lhe é subjacente, não são algo simples, o que se demonstra pelo fato de que nos últimos 31 anos realizamos muito, mas seguramente muito menos do que seria necessário para atender às mais elementares urgências populares. Padecemos uma insuficiência endêmica de desenvolvimento e, conseqüentemente, de educação, saúde, seguridade, segurança, saneamento, transporte e mobilidade etc.

Face a toda grande perda, às dificuldades que nos excedem como seres humanos, nos vemos diante da necessidade de lhes atribuir sentido, de tal modo que possamos seguir a vida e construir novos amanhã. Não é outro o desafio do momento.

Para nós, orientados pelas expectativas civilizatórias do socialismo democrático, não resta alternativa que não a de contribuir para converter as dificuldades em um projeto político cuja centralidade seja ocupada pelo desenvolvimento sustentável. Esse será o fundamento que permitirá distribuir a justiça que até aqui, em maior ou menor grau, se negou ao povo e, especialmente, àqueles que menos têm.

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro

Renato Casagrande

Presidente Nacional da Fundação João Mangabeira

O Brasil ainda não realizou as expectativas da Constituição Cidadã de 1988 e preserva, portanto, as injustiças que dividem a nação. O PSB quer mudar esse passado, que hipoteca nosso futuro, atualizando-o sob a forma de políticas públicas que atendam efetivamente à população.



DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS ESTRATÉGICOS E SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES SISTÊMICAS

Premissas políticas de um projeto nacional de desenvolvimento

As últimas três décadas criaram uma realidade nova entre nós: passamos da condição de economia de alto crescimento para a de economia de baixo crescimento; começamos a perder a base industrial que conquistamos no século XX; reprimarizamos a nossa pauta de exportações, aprofundando a posição periférica.

Além disso, em curto espaço de tempo concentramos a população em grandes cidades; colocamos o Estado nacional na condição de refém do sistema financeiro; expandimos a fronteira agrícola até as franjas da Amazônia, instalando nas áreas novas uma estrutura de propriedade da terra ainda mais concentrada que a das áreas de ocupação secular.

Atuando de forma combinada, esses processos lançaram o Brasil em tremendos impasses. Há um mal-estar crônico e disseminado, que de tempos em tempos se torna agudo e dramático. As pessoas reconhecem o difícil momento em que vivem, e apresentam um futuro incerto para si e para seus filhos. A vontade de transformar as circunstâncias vigentes é clara, mas o caminho para isso permanece indefinido. A necessidade de mudar fica pendente, sem se realizar nem desaparecer. Essa é a expressão de uma crise de longa duração, para a qual não encontramos soluções satisfatórias.

Nossa história recente é, desse modo, uma impressionante sequência de promessas frustradas. Para superá-las será preciso refundar a nação, realizando um processo de mudança que assegure lugar privilegiado aos trabalhadores e aos que se engajam no processo de produção, em um novo arranjo hegemônico. Precisamos democratizar, antes de tudo, a renda e a riqueza, a terra, a informação e o acesso à educação e à cultura, razão pela qual a plataforma para o Brasil abrange uma agenda socialista, cuja construção se dará em torno das seguintes premissas:

- **Soberania**, que representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando garantir um grau suficiente de autonomia decisória para o

Brasil.

- **Solidariedade**, que indica que a tarefa de construção supra indicada deve se dar em novas bases, voltadas para edificar, pela primeira vez em nossa história, uma nação de cidadãos, eliminando as chocantes desigualdades na distribuição da renda, da riqueza, do poder e da cultura.
- **Sustentabilidade**, com o qual se destaca a centralidade da vida e estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de inventarmos um novo conceito de desenvolvimento, adequado ao ambiente de uma grande nação tropical formada por diferentes biomas.
- **Democracia ampliada**, que aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e verdadeiramente plurais, com o fortalecimento das instituições e a valorização da coisa pública em todos os níveis.

Essas premissas são solidárias entre si e não podem ser separadas ou hierarquizadas, condicionam ainda o desenvolvimento de todo o raciocínio que se irá apresentar, pois se referem não à subordinação acrítica ao existente, mas à construção de uma outra qualidade de futuro, que o Socialismo pretende ser.

Déficits que têm impedido a inserção soberana do Brasil no sistema-mundo

Sujeição à financeirização da economia global

O padrão monetário em vigor contém a primeira assimetria relevante: desde a década de 1970 um Estado nacional emite uma moeda fiduciária, em torno da qual o sistema-mundo gravita, sem que existam instituições multilaterais que regulem e disciplinem essa emissão. Tal anomalia gera tensões e instabilidades permanentes, pois o espaço de soberania de um único Estado passou a ser todo o planeta. Ocupando uma posição privilegiada nas relações com o mundo, os Estados Unidos acostumaram-se a viver muito acima dos seus próprios recursos. E, com o tempo, esse novo arranjo monetário incrementou o poder de agentes econômicos que vivem desconectados da economia real.



Criou-se um capitalismo administrador de dinheiro. À frente do sistema não mais estão capitães de indústria, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória. A composição das carteiras que administram se altera diariamente. Apostam em tudo – no valor relativo das moedas, nos preços das commodities, nas ações em bolsa, em pequenas variações das taxas de juros –, sempre operando em mercados futuros, inexistentes.

Criam sem parar novos “produtos” financeiros, cada vez mais complexos e opacos. Seus negócios se conectam em paraísos fiscais. Realizam transações que movimentam bilhões, mas que são concluídas sem que haja entrega física de nenhum bem. Fazem muitas contas, que não têm nada a ver com o cálculo econômico, pois vivem em um mundo de soma zero. Mesmo assim, têm lucros extraordinários. No Brasil, são conhecidos pelo eufemismo de “investidores internacionais”.

A imposição, ao mundo, dessa forma de gestão da riqueza ganhou um nome de fantasia: globalização. Exigiu a construção de um espaço financeiro homogêneo para além das fronteiras nacionais. A finança tornou-se global, mas a moeda dominante continuou nacional, o dólar. Os países que se renderam a esse sistema volátil, sem construir salvaguardas, precisam proteger-se acumulando reservas, ou seja, esterilizando seus próprios recursos em títulos do Tesouro norte-americano.

Financiados assim pelo mundo, puderam os Estados Unidos nas últimas décadas, ao mesmo tempo, manter déficits estratosféricos, generalizar endividamentos públicos e privados, fazer guerras, cortar impostos, ampliar o crédito e aumentar o consumo, tudo isso com um desempenho econômico medíocre, o mais baixo crescimento desde a Segunda Guerra Mundial. Essa incrível combinação só é possível porque a dívida “externa” do país e os preços dos produtos que importa estão expressos na moeda que ele mesmo fabrica.

A reboque do processo: ciência, tecnologia e inovação

A segunda assimetria importante está fincada no coração dos sistemas produtivos e se refere ao controle dos processos de

inovação. Pois a conquista de vantagens sólidas nas relações de intercâmbio baseia-se na ocupação de posições que dão acesso a uma parte maior do excedente produzido no conjunto do sistema-mundo. Para manter-se na frente, um país deve conseguir estruturar sua economia em torno de atividades que gerem um ganho diferenciado, situado acima da média. Tais posições são, por definição, excludentes.

Como essas atividades se alteram no tempo, a conquista e a manutenção de uma posição de vanguarda não estão ligadas, no longo prazo, ao controle de um setor, uma técnica ou uma mercadoria, mas sim à liderança do processo de inovação, ou seja, à capacidade permanente de criar novas combinações produtivas, novos processos e novos produtos.

Na esfera produtiva, o centro do sistema internacional são os poucos espaços nacionais e as poucas grandes empresas que concentram em si a dinâmica da inovação. Eles capturam sucessivamente as posições de comando justamente porque conseguem recriá-las, obtendo benefícios extras na divisão internacional do trabalho. No outro polo, a dependência também se repõe dinamicamente.

O avanço da globalização impactou centro e periferia de forma muito diferenciada. Nos países desenvolvidos, o espaço da economia e da técnica, de um lado, e o espaço das decisões políticas, de outro, permanecem estreitamente ligados pelo forte vínculo entre grandes empresas e Estados fortes. Nos demais, esses espaços se dissociam pela dispersão geográfica das cadeias produtivas, feita na presença de Estados fracos e sem corporações estratégicas de base nacional.

A imposição da perspectiva rentista: remunerar o capital volátil, em detrimento do desenvolvimento

O Brasil aprofundou sua condição de país periférico e de economia reflexa – uma economia que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional – ao optar por se inserir no processo de globalização pelos fluxos financeiros. Perdemos a capacidade de controlar o nosso processo de desenvolvimento, pois o espaço de manobra dos capitais voláteis ultrapassa am-

plamente o espaço da sociedade nacional, com a qual mantêm vínculos tênues, ligados a oportunidades específicas de realizar bons negócios.

A amplitude desse processo tem graves consequências para a dinâmica da nossa economia. A primeira é a fraca capacidade da sociedade disciplinar o impulso de acumulação de capital, subordinando-o a objetivos maiores, como a ampliação da cidadania e a sustentação do desenvolvimento, vistas em perspectiva de longo prazo. A segunda é a radicalização da dinâmica reflexa, marcada por ajustes passivos aos ciclos internacionais, com tendência a crises externas recorrentes. Pois, nesse contexto, o ciclo da acumulação capitalista passa a conter uma nova exigência: generaliza-se a demanda de que os lucros sejam realizáveis em moeda estrangeira, cuja oferta é limitada e instável. Decorre daí a tendência a surtos de crescimento também instável, sujeitos a interrupções bruscas ou mesmo reversões, que nos impedem de sustentar uma trajetória de crescimento robusto.

Uma incerteza exacerbada e um desenvolvimento intrinsecamente instável fazem com que o capital potencialize sua natureza especulativa e passe a exigir duas coisas: altíssima rentabilidade e enorme certeza no curto prazo. A altíssima rentabilidade é a contrapartida exigida para que, em um sistema aberto e desregulamentado, a riqueza líquida aceite trocar a moeda melhor (o dólar) pela pior (o real), ou então (o que dá no mesmo) aceite não realizar o movimento inverso. Isso se obtém por meio de taxas de juros suficientemente atrativas, que sejam um múltiplo da taxa básica paga no sistema internacional aos ativos denominados em dólar, o que penaliza permanentemente a atividade produtiva. A enorme certeza no curto prazo é a contrapartida exigida diante da incerteza estrutural, de longo prazo, que ronda a nossa economia.

A sociedade brasileira precisa decidir se continuará aceitando a condição de economia reflexa, buscando, em cada momento, estratégias oportunistas para extrair dessa condição algumas vantagens residuais, ou se deseja constituir um projeto próprio, que dê ao país capacidade decisória suficiente para dirigir o próprio destino, com uma inserção soberana no sistema internacio-



nal. Essa questão, absolutamente essencial aos destinos do País, não tem encontrado respostas à altura do desafio que propõe.

Sucessivos governos brasileiros vêm adotando a primeira opção, a da adaptação subalterna. O PSB propõe outro caminho. Grandes países periféricos, como os Estados Unidos do século XIX e a China do século XX, já passaram por isso, cada um a seu modo e só obtiveram êxito quando ousaram contrariar o lugar que lhes fora atribuído pela ordem internacional de seu tempo. Fizeram profundas reformas internas. Alteraram seus sistemas de poder. Cometeram erros e aprenderam com eles. Pagaram o preço associado a essas decisões, mas superaram a condição periférica.

Déficits educacionais diante da sociedade do conhecimento

Na moderna economia mundial, os países que enriqueceram acima da média são os que dominaram atividades que operam com rendimentos crescentes, induzem maior divisão do trabalho, são mais propensas a absorver mudanças tecnológicas, se inserem em mercados imperfeitos, com grandes barreiras à entrada de competidores, e constituem fortes sinergias com atividades afins. A indústria foi o setor por excelência em que essas características estiveram presentes. Mais recentemente, alguns segmentos do setor de serviços de alta tecnologia passaram a apresentar tais propriedades.

A outra ponta do espectro foi ocupada pelos países pobres, cujas economias, girando em torno da agricultura e da mineração, reproduziram as características opostas, permanecendo, por isso, estacionadas em graus menores de produtividade e de complexidade.

No século XX, o Brasil ocupou uma posição intermediária, mas vem perdendo posições nas últimas décadas, sofrendo processos de desindustrialização e de reprimarização de sua pauta exportadora. Mais do que nunca, o país precisa voltar a ter um projeto nacional de desenvolvimento, que não poderá ser uma repetição da experiência anterior. Desenvolvimento, no século XXI, é diferente do que foi em períodos anteriores. Novas questões estão postas. Uma delas é o papel do conhecimento. Há bastante

tempo os países mais desenvolvidos abandonaram a busca de competitividade por meios espúrios, como a diminuição dos salários e o aumento das jornadas de trabalho. Ao contrário, suas economias absorvem cada vez mais trabalho qualificado, justamente o mais bem remunerado, e deslocam para o exterior os processos produtivos mecânicos, repetitivos e devoradores de recursos naturais.

As populações desses países dedicam-se, em proporções crescentes, a atividades de pesquisa, desenvolvimento, projeto, planejamento, educação e afins. Aumenta a quantidade de trabalho dedicada ao conhecimento e à informação, lato sensu, em relação à quantidade de trabalho diretamente realizada sobre a matéria. As economias desenvolvidas do século XXI são economias do conhecimento.

Também sob esse ponto de vista o Brasil está muito atrasado: nossa economia vem se especializando em gerar postos de trabalho de baixa qualificação e baixa remuneração, o que se associa a um sistema educacional repleto de deficiências. Tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta, a situação da força de trabalho brasileira é muito precária. Essa trajetória precisa ser revertida.

O Brasil precisa realizar uma revolução educacional. Devemos transformar a disseminação do aprendizado em prioridade nacional permanente, revitalizar a escola pública, devolver dignidade ao ofício de ensinar, incrementar um processo intensivo de estímulo à criação e à difusão do saber, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas.

Os usos do território no contexto da inserção subalterna no sistema-mundo: sustentabilidade, soberania e modelo agrícola

Uma questão decisiva para qualificarmos o conceito de desenvolvimento é a que se relaciona à sustentabilidade. Manejando agora tecnologias muito poderosas, a humanidade precisa adotar uma ética da responsabilidade, deixando para trás as economias de predação e a ideia de uma natureza inesgotável. Os



recursos estão se tornando escassos e a defesa da vida – de toda a vida – tornou-se um imperativo, tendo em vista a nossa própria proteção e segurança.

Todos os sistemas biológicos estão sujeitos a flutuações. Mesmo em contínua mutação, eles conseguem manter o equilíbrio, ou a ele retornar, graças a interações muito complexas, ainda mal conhecidas, de matéria, energia e organismos vivos. Mas os mecanismos de compensação têm limites. Quando os sistemas recebem impactos fortes demais, sobrevêm o desequilíbrio e a morte.

A história humana registra inúmeros casos de colapsos ecológicos em âmbitos locais e regionais. Às vezes houve readaptação; outras vezes, civilizações desapareceram. O que há de novo no mundo contemporâneo é que o espaço do desequilíbrio se alargou, passando a abarcar toda a Terra. A ameaça deixou de ser local e parcial, como as do passado, para tornar-se global. O Brasil tem contribuições decisivas a dar, especialmente no que diz respeito à preservação da biodiversidade e à alteração da matriz energética, principal emissora de gases-estufa. Temos condições muito favoráveis para expandir uma matriz limpa, com a combinação de fontes eólicas, solares, hidrelétricas e baseadas no aproveitamento da biomassa.

Nas últimas décadas, compreendemos melhor a importância da biodiversidade. Quanto maior o número de espécies e de ligações entre elas em um dado ambiente, maior a tendência à preservação do equilíbrio. Ecossistemas simplificados oscilam mais violentamente diante de perturbações; são instáveis, com propensão a se desorganizar e falir. A ação humana – especialmente pela substituição de ecossistemas complexos por monoculturas – tem ampliado dramaticamente esse risco.

Será preciso repensar o nosso modelo agrícola, para garantir a pluralidade dos modos de ocupação e dos usos do território. Apesar de sua extensão, o Brasil, durante séculos, foi um país de porte pequeno ou médio, com população concentrada no litoral e agricultura realizada em polos exportadores ou em torno de centros urbanos. A hileia e o cerrado não contavam; a pampa e a caatinga contavam precariamente para uma pecuária extensiva e

atividades de subsistência. Nas últimas décadas tornou-se viável o acesso a um território muito maior. Onde havia um grande país geográfico surgiu um grande país efetivo. O pomo da discórdia da questão agrária tradicional – a terra agricultável – tornou-se abundante.

Frustrou-se, mesmo assim, a expectativa dos pensadores brasileiros que associavam expansão da fronteira agrícola e democratização da propriedade. Por meios que não excluíram a grilagem e a violência, as regiões novas foram rapidamente dominadas por grandes fazendas. Esse modo de ocupação territorial se associa a um modelo agrícola que privilegia monoculturas extensas, voltadas para exportação.

A agricultura é uma atividade fundamental, mas demanda cuidados quando praticada em larga escala. Ela é o aproveitamento, pelo homem, de espécies vegetais oportunistas, adaptadas a ambientes temporários: não desenvolvem estruturas maciças, crescem rapidamente e produzem muitas sementes. As monoculturas substituem sistemas biológicos diversificados e estáveis por sistemas simplificados e instáveis, que exigem permanente aplicação de venenos, fertilizantes e outros insumos. O balanço energético dessa operação é muitas vezes negativo, mas isso não é visível a olho nu.

Em anos recentes, a área mais afetada pela voraz expansão da monocultura é o Cerrado, que corresponde a 25% do país, do Maranhão ao Mato Grosso do Sul. Bioma de contato entre todos os demais biomas brasileiros, por sua posição central, é a área de recarga das nossas três grandes bacias hidrográficas, a do São Francisco, a do Paraná e a do Araguaia-Tocantins. A rápida mutação, que inclui uma profunda alteração na composição dos solos e a quase extinção de uma vegetação com características muito específicas, compromete o regime hídrico dessas bacias, com enorme impacto sobre nossa população.

Do Brasil Central, a grande monocultura se expande em direção à Amazônia, um risco seriíssimo. A destruição da floresta e, eventualmente, a perda de soberania sobre a região, ou sobre parte dela, serão os acontecimentos menos perdoados pelos nossos descendentes. A primeira, um processo em curso, e a segun-

da, uma possibilidade, se reforçam. Desenvolvimento sustentável e consolidação da soberania são indissociáveis.

Somente há cerca de cem anos concluímos a delimitação das fronteiras e obtivemos direitos jurídicos sobre o conjunto da Amazônia brasileira atual. Mas nunca desenvolvemos um modo de ocupação adaptado às condições e às potencialidades da floresta tropical úmida que predomina ali. Enormes extensões permaneceram frouxamente ligadas ao restante do país. Nas últimas décadas, elas vêm sendo cercadas e atacadas. O uso indiscriminado do fogo torna tudo mais rápido.

Isso é a morte da Amazônia. Florestas, chuvas, solos e seres vivos, inclusive microrganismos, formam um sistema integrado e excepcionalmente complexo. A cobertura vegetal comanda a reciclagem da água para a atmosfera e os rios, e alimenta de nutrientes os solos, que são pobres. Retirá-la para plantar pastagens ou monoculturas é condenar essas áreas à degradação e à pobreza, que geram mais degradação e pobreza conforme o processo avança, em inexorável fuga para frente. O deslocamento descontrolado das fronteiras de expansão é a marcha da insensatez.

A riqueza biológica da Amazônia, associada às suas outras riquezas – todas ainda mal conhecidas –, pode ser o nosso passaporte para o século XXI. O Brasil demonstrou grande capacidade de aprender as técnicas da Segunda Revolução Industrial, mas não se habilitou, com a mesma eficácia, a criar novas técnicas. Isso, como vimos, perpetua a nossa posição periférica.

A floresta em pé nos oferece grandes estoques genéticos e um gigantesco número de macromoléculas, cujas estruturas químicas desconhecemos e cujo potencial ignoramos. Vivendo em uma época em que as biologias estão se tornando as mais importantes ciências aplicadas, temos preferido reduzir tudo isso a cinzas para implantar técnicas do período Neolítico: extrair a madeira e abrir espaços aos bois. No outro extremo, há os que recusam qualquer atividade econômica.

Paradoxalmente, as duas posições extremadas – a intocabilidade da floresta ou a sua devastação – podem conduzir ao mesmo resultado: a perda de soberania. Equivocam-se os que

descartam essa hipótese. A história do Oriente Médio, a partir do século XX, mostra como é explosiva a combinação de recursos estratégicos e sociedades fracas. A mesma combinação está se formando na Amazônia, no século XXI. Em vez de petróleo, estão em jogo biodiversidade, água doce, minerais raros, potencial energético.

O modelo de apropriação e uso inadequado de terras, com o subsequente avanço da fronteira agrícola para áreas novas, em detrimento dos ambientes naturais, precisa ser superado. No interior das regiões já ocupadas há cerca de 60 milhões de hectares de pastagens e terras degradadas, que precisam ser recuperadas, inclusive com programas de reflorestamento com biodiversidade em larga escala. O Brasil pode impulsionar sua economia obtendo um “desmatamento negativo”, situação em que a superfície reflorestada supera o desmatamento.

O cadáver insepolto: da Lei de Terras de 1850 às cidades excludentes

Assim como a solução conservadora para a questão da escravidão se desdobrou em questão agrária a partir da segunda metade do século XIX, pela formação de uma população pobre livre, mas sem acesso à terra, a questão agrária jamais resolvida se desdobrou em questão urbana a partir da segunda metade do século XX, pela expulsão de populações rurais e a intensificação dos processos migratórios. Hoje, a concentração espacial da nossa população é espantosa: 54% dos brasileiros vivem em apenas nove regiões metropolitanas, nove pequenos pontos em nosso imenso território. Embora o crescimento demográfico do país seja fortemente declinante, já muito próximo da taxa de reposição, a necessidade de investimentos em serviços sociais e em infraestrutura permanece aumentando com rapidez, já que esse tipo de demanda é maior nas cidades. Agrava-se a crise fiscal do Estado, provedor desses investimentos, sempre insuficientes diante de demandas que continuam a aumentar.

Ao contrário do que ocorreu em outros períodos históricos, a urbanização (e, especialmente, a metropolização) não se associa mais à elevação da produtividade média do trabalho. Além dos

A Lei 601 de 18/09/1850 é contemporânea da abolição do tráfico negreiro. Com ela se institui a propriedade privada no campo, pois as terras devolutas só poderiam ser obtidas a partir de então por meio de compra junto ao Estado. Negros e imigrantes, portanto, foram alijados do acesso à terra.

imensos problemas sociais e das deseconomias de aglomeração de todo tipo, o que agora se concentra nas grandes cidades é uma população cada vez mais impelida a buscar alternativas de sobrevivência em um setor terciário informal e atrasado, não vinculado à produção, pois a indústria já não emprega mais.

Boa parte das atividades em nossas metrópoles está na informalidade. Isso se estende também às edificações e arruamentos, o que exige projetos de regularização em larga escala, acompanhados da implantação de infraestruturas, entre as quais se destacam o abastecimento de água potável, o saneamento básico e a coleta regular de lixo, fatores determinantes na qualidade de vida da população e nos níveis de saúde pública.

Outra questão urbana extremamente relevante é a da mobilidade. O sistema de transportes de cidades humanas e sustentáveis inclui modernos equipamentos de transportes de massas, uma abrangente malha cicloviária, facilidades para o deslocamento de pedestres, limites para o transporte individual motorizado e sistemas integrados que facilitem o uso de diversos modos.

A reorganização da vida nas cidades chama à atenção o princípio da subsidiariedade, usado na Constituição da União Europeia: no momento de definir competências, a sociedade civil tem prioridade sobre o Estado; para cumprir as funções que a sociedade, sozinha, não consegue assumir, deve-se olhar, em primeiro lugar, para os poderes locais; se as tarefas estão além das capacidades municipais, apela-se aos Estados. O governo federal só é chamado a atuar nas questões que ultrapassam as competências de todas as instâncias inferiores.

DESENVOLVIMENTO: QUADRO DE CONJUNTURA E MEDIDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Principais limitações ao desenvolvimento no período democrático

O Brasil logrou avanços significativos no período que sucede ao regime militar, que em suas três décadas de duração já corresponde ao maior período de normalidade democrática de nossa história republicana. São expoentes de tais conquistas a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e, em sua esteira, a consolidação de uma institucionalidade democrática que tem garantido a livre organização partidária, realização de eleições regulares, liberdade de organização, manifestação de convicções e interesses etc.

A partir da Constituição se articulou, igualmente, todo o arcabouço existente atualmente em termos de políticas públicas, que passaram a se reger pelos princípios da universalidade, da garantia de direitos e da transparência e controle social. Importa observar, nesse contexto, que a Constituição Cidadã nos legou fundamentalmente políticas de Estado, orientadas a atender as principais urgências populares, com destaque para a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e educação. O texto constitucional pautou, ainda, as iniciativas nos temas de planejamento urbano, saneamento ambiental, meio ambiente, direitos de cidadania etc., sempre em um recorte claramente progressista.

Outro grande legado do período democrático foi a estabilidade econômica, conquistada com o Plano Real, que teve um impacto decisivo na vida de todos os brasileiros e, muito particularmente, dos segmentos populares, que sofreram por aproximadamente três décadas as dificuldades de ver recair sobre seus vencimentos aquilo que os economistas sempre classificaram como o imposto mais regressivo existente: o imposto inflacionário.

É preciso considerar, contudo, que esses avanços, realizados em tão curto período, foram limitados em seu alcance por iniciativas das forças políticas que chegaram à liderança do poder

executivo nacional. Cabe destacar, nesse sentido, que a universalização da seguridade social e, em particular, da saúde e previdência, se fez com uma correspondente desqualificação dos serviços prestados à população, a tal ponto que muitas pesquisas de opinião colocam a saúde como a principal preocupação dos brasileiros.

Fenômeno similar ocorreu com a educação, que não conseguiu alcançar até aqui índices relevantes de qualidade e performance acadêmica, medidos por avaliações externas como Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) aplicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse mesmo sentido, o País falhou em reduzir o analfabetismo absoluto e funcional, em formar jovens melhor preparados para o mundo do trabalho e para a vida cidadã.

Ranking mundial de qualidade de educação 76 países avaliados - 2015	
Cingapura	1º
Hong Kong	2º
Coreia do Sul	3º
Japão e Taiwan	4º
Finlândia	6º
Estônia	7º
Suíça	8º
Holanda	9º
Canadá	10º
USA	28º
Chile	48º
México	54º
Uruguai	55º
BRASIL	60º
Argentina	62º

O Brasil amarga um sofrível sexagésimo lugar no ranking de qualidade da educação, estando em pior posição que países latino americanos de menor porte e, o que é mais grave, a uma distância expressiva das nações líderes.

Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - ano de referência 2014.

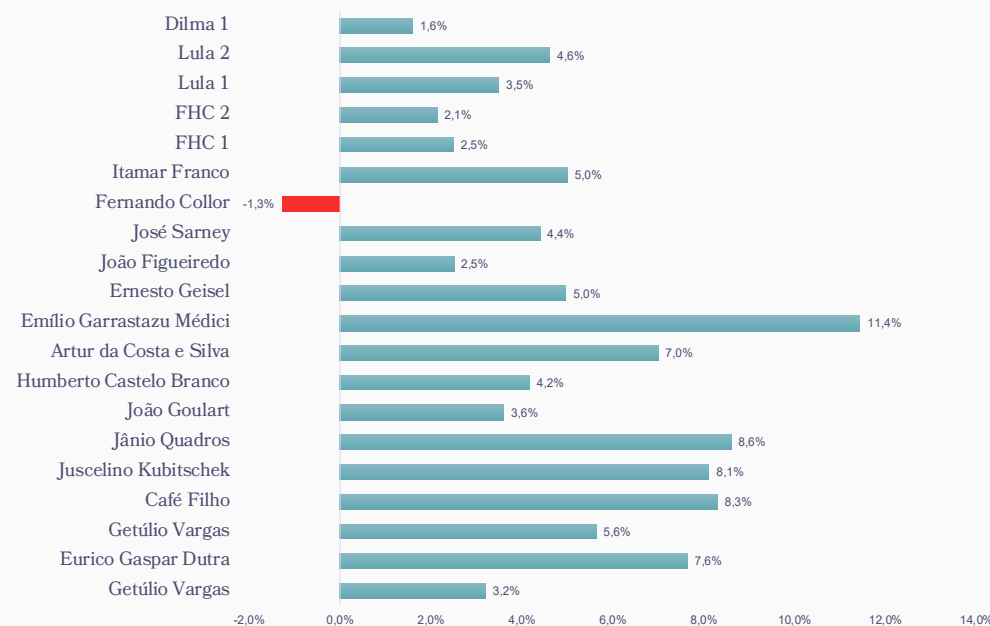
As políticas de enfrentamento e erradicação da pobreza, por sua vez, foram particularmente afetadas pelas limitações impostas às previsões da Constituição Cidadã, que consagraram o princípio da universalização de acesso a direitos, com base em políticas de Estado. Em lugar desse ordenamento, se tem recorrido fartamente às políticas de governo.

Entende-se, nesse sentido, o uso das políticas assistenciais como o Bolsa Família: elas fizeram as vezes de ações emergenciais e de baixo impacto orçamentário, na ausência de políticas estruturantes para o efetivo enfrentamento da pobreza e da ex-

clusão social. Trata-se, portanto, de práticas de apascentamento da miséria e não de uma efetiva contribuição à emancipação popular.

No que se refere aos aspectos econômicos, evidencia-se que os governos democráticos têm debelado a inflação ao custo de impor ao País taxas de crescimento medíocres de seu Produto Interno Bruto. Tal situação se agravou no Governo Dilma, visto que em seu primeiro mandato se acumularam vários equívocos de política econômica – todos eles indicados pelo PSB, particularmente no que se refere ao represamento de preços, descontrole orçamentário, entre outros. O cenário se agravou de modo expressivo no segundo mandato da Presidente, primeiramente por força da reversão de expectativas geradas pelo descumprimento de promessas de campanha, que se fez acompanhar pela materialização de uma situação que combina crescimento negativo de pelo menos 3%, aumento da inflação, perda de aproximadamente 11 milhões de postos de trabalho.

Taxa média de variação do PIB, segundo mandato presidencial



Não bastassem as dificuldades já existentes no âmbito econômico, o Governo criou por si mesmo novos fatores de degrada-

ção de expectativas, ao enviar ao Congresso Nacional proposta orçamentária com déficit de aproximadamente R\$ 30,5 bilhões de reais, iniciativa que veio a promover a revisão da avaliação de risco de nossa dívida soberana, que voltou à condição de investimento especulativo.

Ao longo de todo período democrático há, ainda, um passivo, que não encontra qualquer contrapeso: as escalas descomunais dos juros e, conseqüentemente, do serviço da dívida pública sobre as contas nacionais, fator que tem condicionado nossas possibilidades de desenvolvimento.

A preocupação com os aspectos orçamentários e financeiros, fundamentais a qualquer Governo que se pretenda sério, não encontra correspondente em áreas vitais à superação de nossas limitações em termos de crescimento. Os últimos governos não foram capazes de formular uma política industrial consistente, não desenvolveram iniciativas capazes de estimular a competitividade da economia nacional, não formularam uma política audaciosa de ciência, tecnologia e inovação. Pelo mesmo caminho trilhou a infraestrutura para o desenvolvimento, que se orienta por programas de Governo, de condução claudicante, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A inoperância indicada acima levou o Brasil a um processo severo de desindustrialização, observando-se uma redução da re-

lação indústria de transformação/PIB, que regrediu a patamares de aproximadamente 50 anos atrás.

Com base nos elementos apresentados até aqui, é legítimo afirmar que os avanços e conquistas sociais alcançados pelo Brasil ao longo do período democrático não estão concentrados nos governos exercidos na última década. O processo político que mais aportes gerou para os segmentos populares, que mais ampliou direitos, foi aquele que esteve associado à própria conquista da democracia e, em sua seqüência, com a formulação e promulgação da Constituição de 1988.

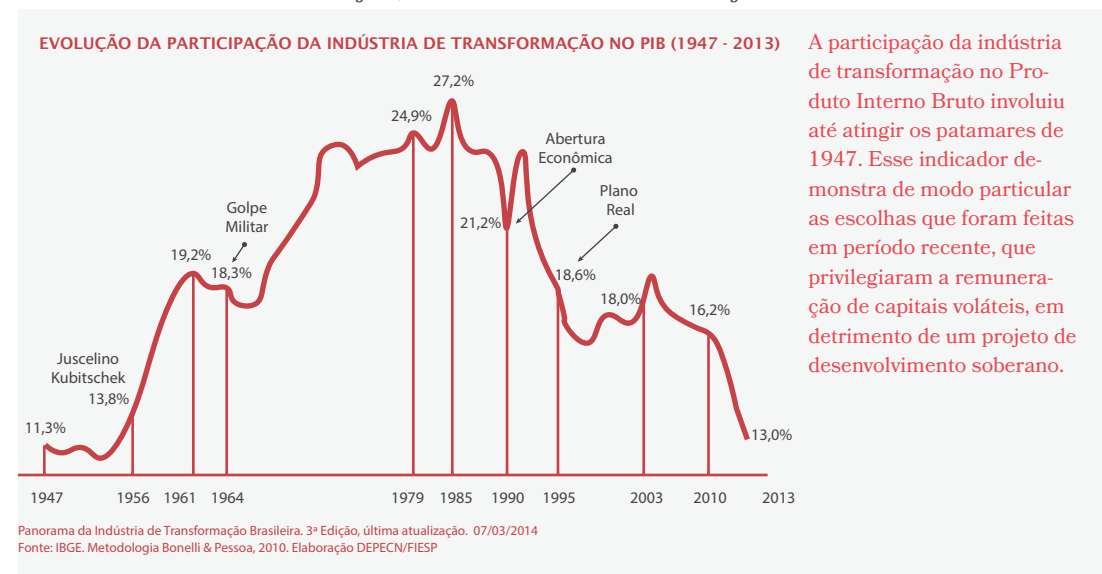
No tocante às políticas sociais, cabe destacar a importância particular da Previdência Social Rural, da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura dada ao trabalhador pelo Seguro Desemprego, o aumento consistente do salário mínimo, assim como da universalização da educação, que cria oportunidades efetivas de mobilidade social e de inclusão, em especial quando se considera o horizonte de médio e longo prazo.

A rigor, o movimento libertário e de garantia de direitos que decorre da promulgação da Constituição veio a ser substituído pela operação de forças conservadoras que, com base na conquista do poder executivo nacional, militaram ativamente pela limitação de seu alcance.

Tarefas políticas em um Projeto Nacional de Desenvolvimento

A principal tarefa do Brasil para fins de seu efetivo desenvolvimento está posta desde as obras das gerações de Caio Prado Junior e Celso Furtado, sem que se esqueça Miguel Arraes, e consiste em prover ao País um processo verdadeiro e abrangente de desenvolvimento sustentável e integral, tendo como pilares o desenvolvimento econômico/industrial e a superação dos nossos graves problemas sociais, assim como das desigualdades regionais que, por tempo não desprezível, foram sinônimo do próprio processo de subdesenvolvimento.

A construção desse projeto de desenvolvimento, a sua vez, deve partir da organização de recursos, dos ativos materiais e imateriais de nossa sociedade e implica primeiramente uma definição das prioridades estatais, com destaque para a equação



que combina investimentos e gastos sociais, vis-à-vis o serviço da dívida pública (questão que resultou não endereçada de forma adequada, como se indicou anteriormente, ao longo de todo o período democrático).

O problema do ônus da dívida não deve ser pensado, contudo, a partir de uma perspectiva financista, mas ser equacionado como elemento a ser tratado no âmbito de um verdadeiro Projeto de Desenvolvimento. Note-se que países como a China e a Índia, sem esquecer de Coreia do Sul, Singapura etc., por terem formulado de modo claro os princípios e objetivos de seus projetos nacionais de desenvolvimento, encontraram em seus financiadores elementos de apoio, e não agentes praticamente exclusivos de espoliação.

Organizar um Projeto dessa natureza, que interesse e atraia como parceiros outros agentes e nações, tem evidentemente pressupostos que devem ser adequadamente atendidos. Impõe-se reinventar o Estado brasileiro.

Reforma do Estado

O Estado será o importante indutor de um desenvolvimento, tecnológica e socialmente mais avançado, mas antes disso precisamos eliminar os entraves que paralisam a economia, como o velho e superado mercantilismo, que para estimular a produção, distribuía regalias a seus protegidos políticos. É o que fazemos ainda no Brasil de hoje. O governo cria regras gerais impraticáveis – com altos impostos e estratosféricas taxas de juros – e, em seguida, os reduz para os amigos, graças a generosos incentivos e subsídios.

A arrecadação de impostos é outro mecanismo importante na economia patrimonialista, que tende ao descontrole, como nos grandes impérios, onde as despesas do Estado estão sujeitas não aos rigores da lei, mas aos caprichos do rei, que as expande em gastos suntuários, guerras e grandes obras públicas.

Quando os impostos aumentam demais para atender às demandas ilimitadas do Estado, como é o caso do Brasil, junto com a fraude, vem o declínio da economia e o enfraquecimento do Estado.

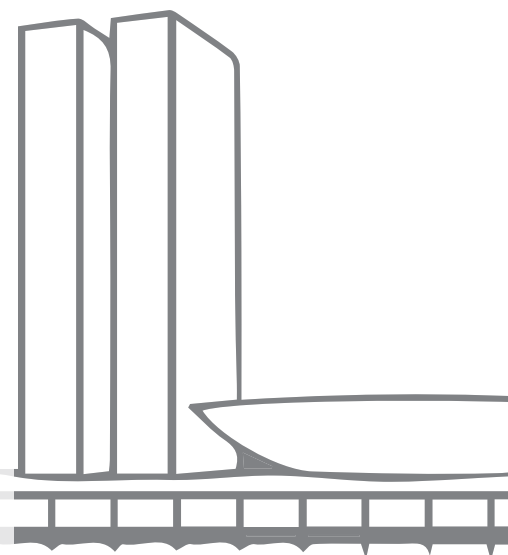
Os “favores seletivos” se estendem também à área social e, muitas vezes, se traduzem em vantagens pessoais ou corporativas. A Escola da Escolha Pública classificou este tipo de distributivismo como de “caça às rendas”, que aumenta injustiças e paralisa a economia. A distribuição dos recursos públicos se divide com uma camada parasitária de rentistas que vivem à sombra do Estado e sob sua proteção política. Este distributivismo às avessas em realidade distribui privilégios, agravando desigualdades e concentrando a riqueza. É a busca da renda fácil que atrai os mais espertos e que compromete, por falta de transparência, o Orçamento Público.

Os vícios herdados do patrimonialismo persistem em rota de colisão com o Estado democrático, com a economia moderna e com os princípios de equidade, contrariando a evolução dos costumes e os interesses universalistas de uma sociedade cada vez mais complexa e ciosa de direitos iguais. Corrigir esta sangria impõe medidas de reforma política, de revisão constitucional, de reforma orçamentária e tributária, com simplificação de impostos, além de um novo federalismo que descentralize poderes da União, pois também os entes federados disputam as atenções e migalhas de Brasília.

O Estado que o PSB propugna para atender às exigências da sociedade brasileira e aos desafios do século XXI, deve ser estratégico, meritocrático, ético, transparente e sustentável, movido pelos valores e princípios da neutralidade, da universalidade e da igualdade, incluindo indiscriminadamente a todos os brasileiros. Estes princípios básicos da modernidade não estão inscritos de forma incisiva, nem na Constituição, nem na prática orçamentária, ambas contaminadas pelas regalias do arbítrio e pelos privilégios corporativos – protegidos pela obscuridade das decisões de governo.

Reforma política

Em nome da governabilidade, adotou-se nos últimos 20 anos, o chamado “presidencialismo de coalizão” que, na verdade, é um “presidencialismo de cooptação”. Os partidos políticos, em troca de cargos executivos de primeiro e segundo escalões, garantem



ao governo o alinhamento automático à sua base parlamentar, dispondo-se a aprovar incondicionalmente as medidas que vêm de cima. O engenho foi inventado para garantir ao governo suas votações no Congresso, pulverizado por um grande número de partidos.

Nos últimos anos, a fragmentação vem aumentando, fazendo crescer também o número de cargos de livre nomeação, o número de ministérios, tornando o Brasil ingovernável. O objetivo último do loteamento dos cargos executivos é construir “a cadeia produtiva do financiamento eleitoral para os titulares das pastas ou seus protegidos políticos.

Como primeiro passo, propomos a erradicação definitiva do presidencialismo de coalizão, com base no loteamento político dos cargos públicos, que deve ser substituído pela meritocracia na escolha dos titulares baseada na competência, na experiência, na idoneidade moral e na representatividade política. Outro mecanismo complementar é valorizar a formação profissional do funcionário público e sua permanente qualificação. Esta seria a reengenharia de Estado mais adequada para impedir a corrosão de nosso presidencialismo.

Os partidos políticos têm o direito de fazer alianças e precisam assumir a responsabilidade de fazer indicações políticas em bases programáticas. Nomes para ocupar cargos públicos, especialmente os de primeiro escalão, devem ser escolhidos atendendo às exigências em vigor em qualquer país do mundo: conhecimento técnico, experiência, imagem pública e virtudes cívicas (sem esquecer a necessária dose de inteligência política).

Recomenda-se um choque de transparência no acompanhamento e controle administrativo, e o empenho em profissionalizar o Estado, evitando sua partidarização e promovendo a organização racional de seus programas e metas sob a responsabilidade de administradores de perfil executivo. Os quadros permanentes do Estado devem ser interlocutores privilegiados na implantação das reformas, visto que são os que mais conhecem os temas pertinentes às áreas em que atuam.

A reforma política deve pautar medidas para combater a fragmentação política, fortalecendo o sistema partidário e, por

esse meio, valorizar a adesão programática e doutrinária como critério moralizante das coligações eleitorais.

Reforma tributária

É preciso que entre na pauta, não um “ajuste” fiscal pela metade, que signifique apenas um corte de tesouraria (despesas). Queremos, não apenas um “ajuste”, mas uma reforma fiscal verdadeira, que atue também do lado da receita, para corrigir as irracionalidades de nosso caótico e injusto sistema tributário que se tornou uma aberração que nos coloca no limbo, pois não tem paralelo no mundo.

Enquanto todos os países – ricos, médios e pobres – contiveram seus ímpetos expansionistas na arrecadação, e até diminuíram gradualmente a chamada “carga tributária” para estimular o setor produtivo e atrair investimentos, o Brasil, na contramão deste comportamento generalizado, dobrou sua carga tributária nos últimos 30 anos, e ainda quer aumentar mais, com a CPMF e pela multiplicação de super tarifas nos serviços públicos, que não passam de ser mais impostos disfarçados. Uma incongruência, um crime contra o empreendedorismo nacional, hoje sem competitividade e pouco produtivo.

Para o setor produtivo, o PSB tem uma proposta gradual e sensata de simplificação tributária, já discutida nacionalmente – e defendida por Eduardo Campos durante a última campanha presidencial. Agora é indispensável que o tema seja reintroduzido na pauta. A esta altura, na situação de insolvência em que nos encontramos, nada poderá nos prejudicar ao abrir a caixa preta dos recursos públicos. Com tal medida, teríamos uma Reforma Tributária para salvar o setor produtivo combalido, simplificando, reduzindo gradualmente tanto a quantidade como o peso dos tributos hoje incidentes em cascata sobre o ciclo da produção e comercialização até o consumidor final, que arca com a avalanche e, além do mais, impedindo o expansionismo parasitário e cancerígeno das famigeradas “obrigações acessórias” que nos fazem ser o país campeão mundial disparado em horas gastas pelas empresas e famílias para cumprir sua missão de pagar impostos.

A perversa regressividade que caracteriza o sistema tributário brasileiro também precisa ser corrigida urgentemente. Sinteticamente, o problema consiste na maior participação relativa, no atual sistema, dos tributos indiretos, incidentes sobre o consumo e arcados pelos mais pobres, em detrimento de se tributar a renda e a riqueza dos indivíduos que possuem mais e podem pagar mais. Ou seja, conforme a renda e riqueza aumentam, os indivíduos direcionam uma menor parte de sua renda (em termos relativos) ao pagamento de tributos. Tal problema nasce no fato da carga tributária brasileira se concentrar muito mais na tributação sobre a produção e a circulação de mercadorias e serviços do que sobre o resultado final do processo produtivo.

A distribuição da incidência tributária foge dos padrões mundiais. Segundo informações levantadas pelo Sindifisco Nacional, em 2011, 45,5% da carga tributária brasileira incidia sobre consumo, enquanto a média dos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) apontava para um patamar de apenas 31%. Por outro lado, a tributação sobre a renda nestes países representa cerca de 33% da base de incidência da carga, enquanto no Brasil sua parcela

ronda os 17%. O problema se agrava ainda mais quando comparamos a participação das contribuições sociais e do patrimônio na arrecadação, muito inferior no Brasil.

Reforma orçamentária

O Orçamento da União é uma caixa preta que não se submete abertamente à apreciação do Congresso Nacional, nem é capaz de nomear com clareza os segmentos privilegiados que têm acesso aos recursos públicos, loteados com uma clientela obscura.

Desse modo, o PSB defende uma Reforma Orçamentária, que represente um choque de transparência nas contas públicas e um enorme avanço na organização dos gastos e das despesas, e da participação democrática e cidadã. A crise, embora de natureza econômica, tem como um de seus pontos focais a rigidez que a Constituição de 1988 impôs ao Orçamento da União

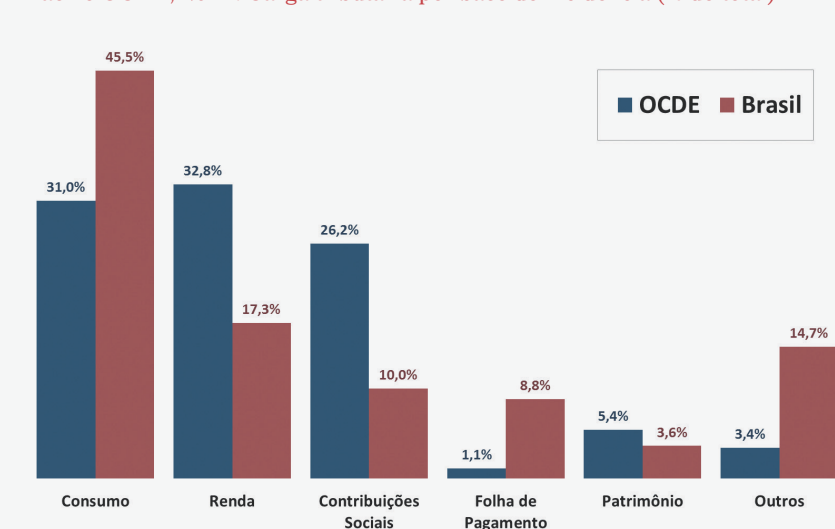
Concordamos que é preciso realizar uma Reforma Orçamentária. No entanto, é importante observar que a blindagem que a Constituição de 1988 impôs para os gastos sociais justificava-se plenamente na época, e ainda se justifica, diante dos riscos de que estes recursos ficassem a cargo da livre deliberação do Congresso Nacional. De fato, um acordo tácito funcionou no sentido de proteger a agenda social, dando-lhe a conotação de um pacto constitucional.

Mas devemos reconhecer que na cadeia de gastos vinculados, não sobraram recursos livres para investimentos. Existem, porém, outras despesas que merecem prioridade nos controles e cortes, especialmente os subsídios e incentivos ignorados, programas e projetos desconhecidos precisam ser devidamente revisitados, pois a soma dos recursos a eles destinados é significativa e, em geral, desconhecida ou secreta.

Estamos agora às voltas com déficits orçamentários crescentes. Como os impostos já estão em patamares muito elevados, não podem mais ser expandidos para acompanhar a trajetória ascendente dos gastos públicos.

A solução ótima, portanto, está relacionada a buscar os privilegiados, os “imunes”, os isentados, os desonerados, os perdoados, em lugar de onerar o contribuinte que não goza desses bene-

Brasil e OCDE, 2011: Carga tributária por base de incidência (% do total)



Fonte: OECD, STN.

fcios. A carga tributária deve ser módica e para todos pagarem, sem exceção.

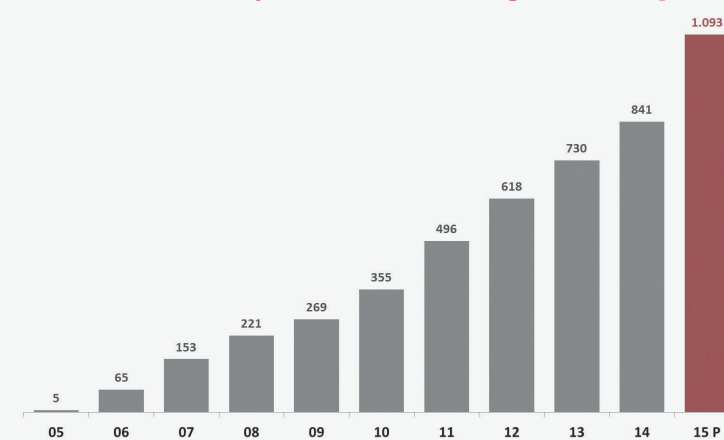
Disciplina fiscal e controle do endividamento público

Os dois responsáveis centrais pela queda estrutural do desempenho da economia brasileira e pela destruição da autonomia federativa são, sem qualquer dúvida, (1) os gastos públicos correntes descontrolados e, ainda em maior magnitude, (2) a aceitação passiva pela sociedade, até aqui, de uma composição inadequada de títulos da dívida pública brasileira, que tem gerado excesso de despesas não primárias, altamente gravosas, por duas décadas seguidas, pelos encargos de juros pagos na rolagem dessa dívida mal estruturada, porque concentrada em títulos sujeitos à variação da taxa Selic ou à inflação futura.

A formação da própria taxa de juros no mercado financeiro também merece uma avaliação crítica aprofundada. A elevação dos juros como mecanismo universal de controle de pressões inflacionárias da demanda – cujo desequilíbrio, no Brasil, nasce do avanço anual dos gastos públicos sobre o PIB, e não do setor privado na maior parte das vezes – depende da reorientação radical da política fiscal. Já a segunda parte da reorientação fiscal será um desdobramento da primeira, na medida em que a reestruturação do passivo público passa pelo sucesso na implementação de uma profunda reforma fiscal e de uma agenda de longo prazo com vistas à retomada do crescimento, já que sem este não haverá avanço da arrecadação. A melhora da confiança e o choque de credibilidade numa política fiscal mais articulada e harmoniosa com a monetária permitiriam a redução significativa do prêmio de risco nos juros que, no Brasil, têm ficado sempre acima do que os fundamentos macro sugeririam.

O reequilíbrio do mix de políticas fiscal e monetária permitirá a redução definitiva da taxa de juros efetiva da dívida pública, o que diminuirá drasticamente o peso dos encargos da dívida, e conseqüentemente, trará para o setor público como um todo uma economia de recursos fiscais, aos valores atuais, da ordem de 5 % do PIB, possibilitando um redirecionamento do gasto estéril atual, em encargos financeiros, que serão então utilizados

Brasil 2005-15, Excesso de juros incidentes na rolagem da dívida pública



Fonte: BACEN. Elaboração: RC Consultores. (*)Diferença entre a taxa efetiva da dívida e a taxa implícita de juros (% a.a), obtida a partir do juro livre de risco, somado ao prêmio de risco Brasil e expectativa de desvalorização cambial.

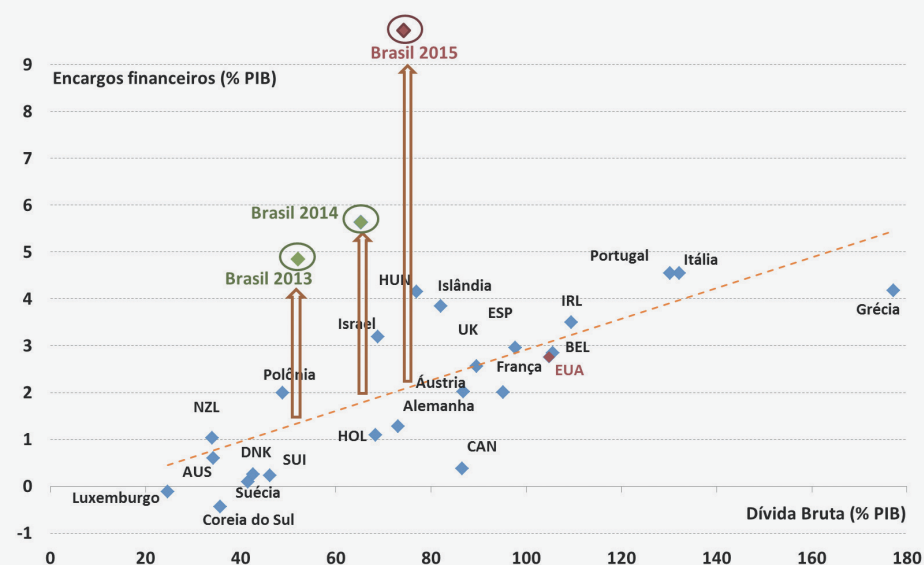
em gastos produtivos. Tais recursos serão a principal fonte de recursos a serem direcionados para o investimento público, alavancando o desenvolvimento e o crescimento econômico do Brasil de modo sustentável.

É fundamental um ataque conjugado da política financeira do Estado brasileiro tanto ao excesso de gasto primário quanto ao gasto financeiro não primário. Tentar continuar obtendo superávits primários significativos para cobrir um gasto financeiro que não para de inchar não faz sentido, ao se impor brutal sacrifício da população produtiva que paga crescente carga tributária esvaída na cobertura de encargos de juros.

Por outro lado, pretender trazer os encargos financeiros federais a um patamar de normalidade sem pactuar uma responsabilidade fiscal verdadeira nos gastos primários é esperar pelo milagre que não virá. É preciso fazer as duas coisas articuladamente, e a hora é já. Em 2015 o custo de rolagem da dívida pública assumiu proporções catastróficas e ficou próximo a R\$ 530 bi (aproximadamente 9,5% do PIB), em completo desalinho com a experiência de outros países com dívida pública semelhante à do Brasil. É inútil cogitar de uma CPMF, ou até de duas ou três vezes o valor dessa receita extra, para tentar cobrir encargos de ordem superior a R\$500 bilhões.

Em parte, o salto gravíssimo dos encargos financeiros, neste período recente, se deve a uma administração absolutamente

Países membros da OCDE (2014) e Brasil (2013, 2014 e 2015): Encargos Financeiros dos Governos



Fonte: OCDE e FMI. Elaboração: RC Consultores

ruinosa do câmbio, que produziu um prejuízo financeiro/fiscal gigantesco, decorrente da liquidação dos contratos de vendas de dólares a futuro para bancos, empresas e investidores externos, assim engordando com ganhos bilionários algumas poucas contas bancárias no mundo financeiro e de detentores de informações privilegiadas, enquanto milhões de contribuintes são chamados, agora, a cobrir tal tsunami de prejuízos. As operações de SWAP cambial, promovidas desde agosto de 2013, com intuito teórico, mas jamais alcançado, de minimizar a volatilidade do câmbio, agregaram ao total de juros pagos pelo Tesouro um prejuízo de R\$ 132 bilhões em 12 meses, encerrados em agosto. Somente em 2015, as operações de SWAP cambial já custaram R\$ 112,8 bilhões aos contribuintes até agosto de 2015.

A estrutura da dívida pública brasileira é outro fator que tem pressionado, há anos, a elevação anormal das despesas financeiras. A composição da dívida do Setor Público pouco mudou nos últimos cinco anos. Ao todo, quase 70% dos papéis emitidos

estão sujeitos a alterações vinculadas à taxa de juros Selic, ao câmbio ou à inflação futura. Em suma, é uma dívida pública que, como uma grande lupa, amplifica o custo de ajuste, exatamente quando os juros sobem e a inflação está em alta. Num cenário como o de 2015, em que o próprio Banco Central decidiu promover um forte ciclo de alta dos juros básicos para combater a inflação que passou de 10% anuais, a conta de encargos da dívida tende a se tornar explosiva, fazendo estourar o custo fiscal do ajuste pretendido. É a cobra devorando o próprio rabo. Além disso, mais de 40% da dívida pública é concentrada no curto prazo, o que eleva seu custo de rolagem e aumenta a exposição do Tesouro, como devedor, ao ditame do mercado, como credor, em momentos de maior turbulência. O maior exemplo disso são as chamadas operações compromissadas do Bacen (operações realizadas com instituições financeiras, que ganham taxas de juros de longo prazo com prazos que variam de 1 a 180 dias), que, em agosto de 2015, atingiram nada menos que 15,2% do PIB.

Política industrial

O Brasil está se desindustrializando, qualquer que seja o ponto de vista adotado – participação da indústria no PIB, percentual de empregos gerados, crescimento do valor da transformação industrial (VTI) ou comparação com o desempenho mundial. O fenômeno da desindustrialização configura uma grave regressão histórica que nos devolve a patamares de desenvolvimento equivalentes aos do início da década de 1940, quando o Brasil mal começava o seu processo de desenvolvimento.

De fato, em 1986, a indústria representava 36% do PIB, e hoje se vê reduzida a apenas 14% – os últimos dados oficiais indicam, aliás, parcos 9%. De 2008 a 2015, o PIB industrial caiu estonteantes 10%. A indústria demanda insumos de todos os setores e oferece produtos para todos eles, contribuindo para a estabilidade do crescimento econômico. Depois de ter liderado o nosso desenvolvimento durante quase todo o século XX, é a indústria que difunde a recessão na economia brasileira em 2015.

A retomada da indústria brasileira não passa somente por um realinhamento dos preços relativos como tem mostrado a

forte desvalorização da moeda brasileira recentemente. O Brasil definitivamente necessita de uma política industrial que seja capaz de ampliar a competitividade e aumentar sua agregação de valor à cadeia global.

Para se inserir no mercado global, o Brasil precisa liberalizar seu comércio exterior, principalmente via novos acordos bilaterais ou multilaterais de comércio. No entanto, para que isso ocorra de forma equilibrada, é preciso garantir um ambiente de negócios isonômicos frente a seus parceiros e correntes.

Primeiro passo a ser dado é o da Simplificação Tributária, que deve reduzir o horas gastas com o cumprimento das obrigações fiscais e legais que, segundo a pesquisa *Doing business* do Banco Mundial, encontra o Brasil no primeiro posto em termos mundiais. Além de complexa, a carga tributária no Brasil é muito superior quando comparada a países com nível de desenvolvimento similar.

A redução gradual da carga tributária é um fator preponderante para o ressurgimento da indústria nacional, visto que com maior volume de recursos para investir a indústria brasileira voltaria a experimentar ganhos de produtividade, principal indutor do crescimento.

Neste mesmo sentido, o realinhamento financeiro é primordial, o juro abusivo praticado no Brasil é um dos maiores obstáculos à atividade industrial. Enquanto nos mantivermos como campeões mundiais em ônus financeiro, dificilmente a economia brasileira e a indústria voltarão a trilhar o crescimento sustentável.

Para reverter a atual tendência e reanimar a confiança do empresariado é urgente o estabelecimento de uma meta crível de controle dos gastos públicos e uma maior eficiência na gestão destes recursos.

Sem uma política consistente de aumento de investimentos em infraestrutura e sem uma simplificação e redução da complexa carga tributária, será impossível o Brasil aumentar sua produtividade. Caso o Brasil não reverta este processo atual, o cenário para a indústria se mostrará cada vez mais desanimador, não só em 2016.

Reforma fundiária urbana e rural

Para se alcançar o objetivo nacional de uma titulação massificada da propriedade em todo o território nacional, é preciso, antes ter noção do tamanho do desafio. A PNAD, Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios, não traz informação direta sobre a situação legal do imóvel urbano onde vivem os brasileiros. Mas é possível estimar que, pelo menos, cerca de 15 milhões de imóveis estão sem matrícula regular no RGI, o Registro Geral de Imóveis, num total de 59 milhões de habitações recenseadas pela PNAD. Esse número corresponderia a mais do que o dobro do estimado déficit habitacional que o programa federal Minha Casa, Minha Vida tem procurado estreitar.

O déficit estimado de regularização imobiliária oferece, portanto, ao governante, uma oportunidade inestimável de “fazer muito, com muito pouco”, a mais feliz das equações da política, ao propiciar a materialização do sonho de milhões de eleitores, ao custo de um desembolso financeiro não significativo em cotejo com o benefício social alcançado e, sobretudo, incomparavelmente inferior ao aumento de riqueza criado, instantaneamente, no patrimônio familiar desses donos informais de imóveis em favelas e outras ocupações, sejam urbanas ou rurais.

Como parcela considerável da riqueza nacional está materializada na forma de patrimônio imobiliário, embora detido de modo irregular ou, simplesmente, ainda não registrado, é fundamental lembrar que, nesse campo, se abre um espaço extraordinário para as ações do poder público, em associação com entes do terceiro setor.

Trata-se da titulação da propriedade urbana e, por extensão, das posses rurais, em vastas comunidades pelo Brasil afora. Falamos de um processo de capitalização fundiária em nível nacional, influenciando diretamente pelo menos 15 milhões de detentores de títulos de posse irregulares, e tendo influência indireta sobre famílias compondo uma população de cerca de 60 milhões de pessoas.

Propomos um programa nacional de titulação urbana e, por extensão, também rural, que se abre pela inserção de um con-

junto de artigos na legislação que instituiu a “usucapião administrativa” na lei do Programa Minha Casa, Minha Vida. No âmbito urbano, tal dispositivo está totalmente estabelecido no art. 49, e seguintes, da lei 11.101, de julho/2009, a mesma que lançou o programa Minha Casa, Minha Vida.

A usucapião administrativa tem enorme potencial para socialização da riqueza imobiliária no Brasil. A titulação de cerca de 15 milhões de habitações regularizáveis, que passem a ter sua matrícula no respectivo registro de imóveis, dará um notável impulso à economia da construção civil autônoma e passaria a demandar mais infraestrutura complementar urbana. Mais impostos municipais serão arrecadados pela valorização de loteamentos regulares inteiros e de antigas comunidades informais. Um choque de riqueza pode ser calculado em função da valorização imobiliária a ser trazida pela titulação fundiária, ensejando o que se chama de riqueza nova, estimada, na hipótese da legalização das 15 milhões de posses precárias atuais, pelo acréscimo de R\$ 1 trilhão ao valor da riqueza imobiliária nacional, em poder das camadas populares da nação brasileira.

Supondo que o governo federal tenha pressa e queira cobrir o custo de implantação do projeto fundiário de titulação da propriedade, excluindo dessa conta o custo direto da escrituração e registro da propriedade, pelos estimados 15 milhões de moradias irregulares no País, o custo direto do programa, em nível nacional, dificilmente excederia a marca de sete bilhões de reais, em desembolsos parcelados e espalhados ao longo de quase uma década, ou seja, menos de um bilhão de reais por ano. O orçamento do Ministério das Cidades poderia bancar sozinho este desafio financeiro, se tivesse a tecnologia de mobilização social para realizar a tarefa.

O mais espantoso é que o custo total dessa verdadeira revolução social corresponde a menos de um quarto do desembolso anual do Bolsa Família. Se comparado ao custo financeiro da rolagem da dívida pública interna, um programa nacional de titulação da propriedade no Brasil corresponderia a menos de uma semana em juros pagos para rolar a dívida do governo. A conta do impacto da titulação em nível nacional é simples. Se a média de

valorização com a titulação da propriedade for da ordem de dez mil reais, estamos diante da possibilidade de um choque direto e imediato, em termos de acréscimo de riqueza, para os brasileiros pobres, da ordem de 150 bilhões de reais, em nível nacional. Estamos falando, portanto, de um enorme choque de riqueza sobre o total do patrimônio original das pessoas pobres no Brasil.

Esta seria uma política social muito mais arrojada do que a atual, pois esta última ainda opera sobre os fluxos de rendimentos que o pobre leva para casa, mensalmente. Aqui não: a proposta não é atuar sobre fluxos, mas sim, diretamente sobre o valor do estoque acumulado do patrimônio do cidadão informal. Isso é riqueza nova, acrescentada de uma só penada, produzida sem gasto público relevante (o custo do programa não excederia a 5% do ganho de riqueza) e sem tributação da riqueza preexistente.

Seria dramático o impacto social que tal acréscimo de riqueza propiciaria ao cidadão nas classes C, D e E, por efeito da elevação súbita do seu pequeno patrimônio imobiliário, atuando diretamente sobre uma parcela da população que hoje está excluída dos benefícios da previdência complementar. Tudo poderia ser conseguido em menos de cinco anos. E com retorno direto sobre uma população estimada em quatro pessoas por moradia (um número bastante conservador), ou seja, cerca de 60 milhões de indivíduos, 30% da população total, localizada maciçamente na base da pirâmide de renda e riqueza.

Reforma educacional

Aqui se insere o delicado e crucial tema da preparação do capital humano no País. Os últimos anos registraram melhora de vários indicadores de produção educacional, acompanhados em larga medida por crescente empenho da sociedade como participante ativa do mutirão educacional. Contudo, os resultados colhidos e esperados no futuro próximo se mantêm muito aquém do sonho de quem quer ser uma nação líder entre os blocos mundiais.

Entre 2003 e 2012, o desempenho médio dos alunos brasileiros em Matemática passou de 356 para 391 pontos, sendo esse o maior ganho absoluto registrado por um país neste período. Mesmo assim, este salto não foi suficiente para melhorar

a colocação do Brasil, que neste caso ainda se situou em 60º lugar na amostra, uma vez que os demais países de mais fraco desempenho também conseguiram melhorar suas notas. Ciência e Leitura no Brasil também tiveram um avanço significativo neste intervalo.

O aumento da produtividade geral do trabalho depende de treinamento, desde tenra idade, na solução de questões da vida diária. Determinados jogos digitais podem ser úteis para estimular essas habilidades nas crianças e jovens. A convivência com professores muito bem treinados também faz toda a diferença. O Brasil pode melhorar cerca de dez posições no ranking do PISA em uma década – ou seja, uma posição por ano, em média – mas para tanto precisa, urgentemente, universalizar métodos digitais para todos os estudantes e, ao mesmo tempo, viabilizar a presença virtual de professores de alto nível nas salas de aula de milhões de alunos por meio de transmissão à distância.

Não basta, por fim, apenas vincular despesas em educação ao PIB e empilhar gastos sobre mais gastos ineficientes. Remunerar professores como lanterninhas sociais e esperar que a leitura da sociedade seja a de que damos ênfase à educação e à escolaridade, é querer perpetuar um estado de mentira. Por outro lado, permitir que o sistema educacional se ajuste para baixo, deixando que os profissionais da educação nivelem sua produtividade e sua qualidade de resposta em classe ao nível de suas péssimas remunerações é algo igualmente ruim, pois permite que a sociedade conclua, erroneamente, ser a degradação das missões profissionais um estado crônico da nossa sociedade.

É preciso exigir muito de todos e remunerar a todos adequadamente. Traçar metas convincentes para a Educação nacional e jamais deixar de cobrá-las. Dar a cada um o tempo para agir e se ajustar; em seguida, controlar os resultados pelo mérito efetivo de cada etapa vencida. E avançar sempre.

UMA AGENDA PARA O BRASIL

Uma vez avaliados, de um lado, os aspectos estratégicos e os constrangimentos sistêmicos que se apresentam ao desenvolvimento do Brasil e, por outro, o quadro de conjuntura, apresentam-se as condições para a proposição de uma agenda política, que seja ao mesmo tempo tecnicamente coerente, tendo por objetivo a retomada do desenvolvimento.

Note-se, nesse sentido, que do ponto de vista do PSB a superação das crises que assolam o País é um subcapítulo da obra mais ampla, que se apresenta como tarefa política às forças progressistas, ou seja, reencontrar o caminho do desenvolvimento sustentável e, com ele, promover melhorias sensíveis na qualidade de vida da população.

Dentro dessa perspectiva, a herança que se apresenta ao Brasil e ao Governo que emergiu do impedimento da Presidente Dilma é seguramente uma das mais difíceis de todo o período republicano, uma vez que enfrentamos simultaneamente crises ética, política, econômica e federativa, para as quais até o momento não se vislumbram saídas claras. O reconhecimento da magnitude da dificuldade é, em si mesmo, elemento essencial para orientar a ação dos agentes políticos.

Tal afirmação é feita para que se compreenda com precisão a natureza do Governo que emerge do processo de impedimento. A escala das dificuldades, a dimensão dos desafios, faz pensar naturalmente que estamos diante da necessidade de que se componha um governo de união nacional, que tem por característica principal a eleição de uma agenda em torno da qual se aglutinem todas as forças políticas e sociais que desejem debelar as crises, subordinando a tal meta seus próprios interesses e conveniências.

O exercício político implicado com a composição de um governo de união nacional, por sua vez, coloca o País diante da necessidade de superar o que tem sido sua forma típica de organização no âmbito federal no período democrático, ou seja, o presidencialismo de coalizão. Impõe-se na presente situação superar esse paradigma, particularmente porque em medida con-

siderável as crises foram produzidas por ele e não podem ser resolvidas, então, por seu intermédio.

Ao futuro Presidente da República deve se reservar, portanto, a prerrogativa de compor o governo com os quadros que considere as melhores alternativas para o Brasil, escolhidas em meio à sociedade e às forças políticas pelo critério de competência e não da barganha – a que se tem subordinado a composição de maiorias parlamentares, mais ou menos amplas, segundo o momento e as necessidades.

Em conformidade com essa compreensão, o PSB não postulará junto ao novo Governo qualquer posição ou vantagem para apoiá-lo. O que deve interessar ao Partido e que se aplica ao conjunto da sociedade brasileira é a definição dos pontos da agenda comum a partir da qual se organizará o enfrentamento às crises e, nesse particular, nos definiremos do único modo que seria razoável para uma instituição cuja história se construiu à esquerda, ou seja, apresentando e defendendo as perspectivas e urgências populares.

O Partido compreende, ainda, que dentre os atos inaugurais do novo Governo, deve se fazer presente a iniciativa de reduzir de modo significativo o número de ministérios, sinalizando à sociedade que haverá uma adequação da máquina pública à realidade fiscal do País. Essa iniciativa deve compreender também a administração indireta, com destaque para as empresas estatais, cujos quadros devem voltar a primar pelo profissionalismo e cuja gestão deve mirar o bem comum, em lugar de se colocar a serviço do projeto de poder de quaisquer forças políticas.

Importante notar, sob esse aspecto, que a competência que se requer na administração pública é técnica, mas igualmente política, uma vez que seu fim último se relaciona a conceber e implementar políticas públicas que melhorem de forma significativa a qualidade de vida da população – para o que, evidentemente, é necessário haver uma concepção de País do ponto de vista econômico, social e político.

Na perspectiva de conduzir o País para além das crises, impõe-se pensar de imediato sobre a revitalização de nossa indústria, o que se justifica inclusive porque essa pauta permite con-

ceber uma agenda progressista de curto, médio e longo prazos. A escala do esforço a ser empreendido é dada pelo fato de que regredimos em termos de participação da indústria de transformação como proporção do Produto Interno Bruto para os patamares de 1947 – como já se indicou anteriormente. Por que é essencial pensar a questão industrial como elemento estruturante, em uma estratégia de superação das crises que afligem o Brasil?

Em primeiro lugar porque o desenvolvimento industrial tem natureza estratégica para o País, diz respeito a sua soberania, ao modo como se insere no sistema-mundo e, por consequência, às possibilidades que se apresentam a cada cidadão brasileiro em seu horizonte de vida. Estão em questão aqui, igualmente, os tópicos relacionados ao emprego – em termos quantitativos e qualitativos – à renda e à dinamização do conjunto da economia. Vale a pena lembrar, inclusive, que o desenvolvimento agropecuário pelo qual passamos em período recente tem relação imediata com a indústria, dada a densidade técnica adquirida por essas cadeias produtivas, que se inserem de modo imediato nos fluxos mundiais de comércio.

Falar de uma indústria pujante, de outra parte, requer ações imediatas e eficazes em termos de ciência, tecnologia e inovação; demanda o desenvolvimento de infraestruturas, aprimoramento logístico, qualificação das telecomunicações etc. Nada disso pode ser feito, contudo, se previamente não houver uma arrumação geral da situação fiscal, porque em medida não desprezível o desenvolvimento industrial precisa ser induzido por investimentos do setor público. Nesse tema cabe considerar, também, a execução de um forte programa de concessões públicas, que demanda estabilidade política e segurança jurídica, pois não se pode sequer imaginar que o Estado possa dar conta do muito que existe a fazer.

Abre-se nesse terreno, ainda, uma oportunidade para pensar a equação fiscal não sob a perspectiva estritamente financeira, que tem servido muito mais a interesses rentistas nacionais e internacionais, do que ao País e sua gente. Organizar a gestão fiscal, disciplinar as despesas, reorganizar a máquina produtiva estatal no sentido de privilegiar a economicidade, o mérito, a qua-

lificação de quadros e a transparência têm por meta final ampliar a capacidade de investimento do governo e, ao fazê-lo, gerar possibilidades efetivas de intervenção, que orientem o investimento privado, ampliando-se por esse esforço comum as potencialidades de desenvolvimento. Recordemos, quanto a esse ponto, que o período democrático em seus 31 anos tem sido de crescimento moderado, porque o Brasil se apequenou, fazendo opções que levaram à remuneração excepcional do capital, sem que este se engajasse no esforço pelo desenvolvimento – o que nos conduz a despesas descomunais com juros que, conforme se indicou acima, são estéreis do ponto de vista produtivo.

A agenda do desenvolvimento nacional é permanente e evidentemente não pode ser resolvida no horizonte de um Governo. Não se reivindica do novo Presidente, portanto, que a realize por completo, mas que dê sinais claros de que sua compreensão de Brasil é inclusiva e que encaminhará seu Governo nesse sentido, que é o único que pode interessar ao conjunto da nação e, em particular aos segmentos populares, que desejam realizar melhorias sensíveis em suas condições de existência.

As teses apresentadas até aqui podem ser partilhadas com maior ou menor extensão por quaisquer brasileiros, sem que se excluam trabalhadores, líderes industriais, profissionais liberais, agentes do mercado financeiro comprometidos com o País etc. É preciso considerar, contudo, que o PSB deve ter um peso específico, que reflita sua origem e vinculação popular, ao compor o conjunto de forças que se alinham em torno de um governo de união nacional.

Cabe aqui um parêntese: a dimensão dos problemas que enfrentamos não admite pensar em soluções fáceis ou que sejam de compreensão e aceitação imediata de todos. É preciso, nada obstante, contrariar interesses de forma organizada, transparente e com uma clara linha de propósitos, porque o serviço de desagradar a todos, sem qualquer meta que não a de destruir o Brasil já tem sido amplamente prestado pelas crises em curso.

Considerados os elementos de avaliação estratégica e conjuntural detalhados nas seções precedentes, cabe ao PSB apresentar ao País as bandeiras que historicamente tem portado em

nome dos segmentos populares. Desse modo, o Partido advoga a adoção dos seguintes compromissos, no contexto da proposição de uma Agenda Mínima para o Brasil.

- 1.** O peso dos ajustes que devem ser realizados não pode recair sobre os segmentos populares, porque eles têm pago de forma antecipada sua contribuição específica ao reordenamento do Brasil. O desemprego que atinge a esta altura mais de 11 milhões de brasileiros, a recessão que tem medida diferente para quem não tem recursos acumulados, a desorganização dos serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, entre outros, já são itens de uma fatura desmesurada que se paga a preço de desesperança e desespero, dado a ausência de alternativas até aqui.
- 2.** Manutenção das conquistas sociais que o Brasil alcançou no período democrático, com destaque para a organização do sistema saúde, previdência e assistência – que deve ser aprimorado, qualificado e verdadeiramente universalizado; preservação da previdência social rural, por seu importante papel em termos de atenção à população idosa, redistribuição de renda e segurança alimentar; manutenção do Seguro Desemprego e promoção de iniciativas que possam minorar as dificuldades dos segmentos populares, diante de um período recessivo que já é longo.
- 3.** Defesa e promoção dos direitos humanos, em que devem estar incluídos a proteção da infância e das pessoas idosas, direitos de minoria abrangendo as questões de raça, orientação sexual, mulheres, populações tradicionais etc. Atenção aos grupos em condição de vulnerabilidade, como os que estão em situação de rua, dependentes químicos etc.
- 4.** Ratificação do Acordo de Paris, o que requer iniciativas do Legislativo e do Executivo, uma vez que esses poderes devem corroborar formalmente, por meio de decretos específicos, os compromissos assumidos pelo Brasil na 21ª Conferência das Partes (COP-21), realizada em Pa-

ris. Articular, nesse âmbito, ações para implementar as metas contidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDC) do Brasil.

5. Considerando que o sistema político-partidário brasileiro dá sinais de fragilidades flagrantes, com impactos sensíveis sobre i) qualidade de nossa democracia; ii) performance econômica; iii) percepção de risco para fins de investimentos produtivos internacionais, dentre outros aspectos, apresenta-se a necessidade de se realizar uma reforma política ampla. Devem ser considerados nessa temática especialmente o fortalecimento do sistema partidário e eleitoral, com a adoção de medidas como cláusula de desempenho, fim das coligações proporcionais e do instituto da reeleição, unificando-se o calendário eleitoral em intervalos de 5 anos. Tem relevo, ainda, na modernização de nosso sistema político, a ampliação dos mecanismos de participação popular, que têm se apresentado como uma demanda recorrente da população e, em especial, dos jovens.
6. Considerar a adoção do regime parlamentarista, que permite lidar de forma muito menos traumática com crises como a que assistimos no presente momento, evitando que se estabeleça uma clara submissão de todas as atividades sociais, inclusive as econômicas, ao andamento nem sempre linear do embate político. Observe-se que o Parlamentarismo traria uma enorme contribuição para nossa cultura política, pois fatalmente conduziria a uma disciplina partidária mais estrita, à qualificação da representação popular e a uma discussão transparente, republicana, sobre os modos e formas de compor a maioria parlamentar, sem a qual a tarefa de governar acaba por se inviabilizar.
7. Novo federalismo, que compreenda a importância fundamental das instâncias subnacionais para a definição da qualidade de vida da população. Ressalte-se que a concentração de recursos na união tem comprometido a própria noção de federação e, do ponto de vista prático, tem

se prestado muito mais a promover a subordinação de governadores e prefeitos à União, do que disseminar disciplina fiscal, ou mesmo melhorias na eficiência do setor público.

8. É premente, ainda, enfrentar a questão da distribuição dos recursos tributários, inclusive porque Estados e Municípios se encontram à míngua, diante de uma recessão de grande magnitude. No sentido de ampliar nosso pacto federativo, deve-se conceder aos Estados prerrogativa de legislar em matérias de interesse mais estrito de suas populações, cabendo como exemplo a área ambiental.
9. No terreno do Novo Federalismo é preciso destacar a reforma tributária, que contemple como princípio essencial a menor incidência de impostos sobre o consumo e a produção, ampliando-se a participação da renda e do patrimônio na base tributária. O sentido dessa reforma não deve ser, portanto, aumento da quantidade e espécie de tributos, ou mesmo do montante a ser arrecadado, mas distribuir justiça fiscal – uma vez que no Brasil, de maneira injusta, os pobres pagam como proporção da renda muito mais impostos do que os ricos.
10. Realizar uma opção clara, que não se observou até aqui nos governos do período democrático, pela valorização da produção, do trabalho e do emprego, criando-se em conformidade as condições que permitam ao Brasil deixar de remunerar os capitais especulativos em condições excepcionais, relativamente aos padrões mundiais – arranjo este que inviabiliza o desenvolvimento. Observe-se que o PSB não postula nesse campo – como se demonstrou nas seções precedentes – qualquer medida voluntarista, mas a articulação responsável das políticas fiscal e monetária, nos quadros de uma reengenharia da máquina pública, para que se possa afastar a situação em que o País se coloca como refém de interesses rentistas. Não podemos continuar sendo o País que pratica as mais altas taxas de juros e pagar mais de 500 bilhões pelo serviço da dívida pública.

- 11.** Para os fins do desenvolvimento nacional, de que se tratou mais acima, é preciso considerar que, complementarmente aos investimentos em infraestrutura, temos que melhorar dramaticamente a qualidade do ensino básico, erradicar o analfabetismo que ainda alcança porções relevantes de nossa população, qualificar nossa mão de obra e especialmente os jovens, por meio do ensino técnico profissionalizante. Sem que se articule de forma virtuosa o trinômio infraestrutura, educação e qualificação profissional, o Brasil não irá superar a condição de crescimento moderado que tem caracterizado as últimas três décadas.
- 12.** Implementar uma política industrial vigorosa, em que se minore o paradigma defensivo da proteção do mercado interno e se ampliem as iniciativas de qualificação produtiva e inovação. Nesse contexto, é essencial desenvolver um novo modelo de relacionamento empresas/institutos de pesquisa, de tal modo que essa aproximação seja benéfica aos dois lados, propiciando aumento de verbas para pesquisa pura e aplicada, que se fará acompanhar de qualificação tecnológica das empresas. São elementos essenciais nesse tema, ainda, as questões associadas à gestão cambial, desoneração de exportações e folha de pagamento e a transparência absoluta quanto a incentivos governamentais.
- 13.** Estimular a economia criativa, atividade que articula inovação, cultura e conectividade de pessoas e instituições, instaurando por esse meio redes que potencializam a criatividade, produtividade e sentimento de pertencimento e convivência em um espaço público plural. Devido a essa característica, a economia criativa permite conectar todas as ações de interesse público, para ampliar a qualidade de vida e oportunidades para os cidadãos.
- 14.** Difundir ações relacionadas ao Empreendedorismo, que é essencial tanto para a oxigenação da economia, para a inovação, quanto para prover alternativas viáveis de sobrevivência com autonomia da população mais pobre, que não raro se vê sem as aptidões requeridas pelo mercado

formal de trabalho. Nesse sentido, impõe-se conceber e implementar políticas para o estímulo à pequena e média empresa – fundamental no que se refere à ocupação da mão de obra – e ao cooperativismo, associado este a iniciativas que estimulem a economia solidária.

- 15.** Formular no âmbito do Estado Nacional um planejamento mais consistente e efetivo de desenvolvimento regional, que além de trazer maior dinamismo econômico às distintas regiões, as integre do ponto de vista logístico, em suas matrizes produtivas etc. Nesse sentido, temas como desenvolvimento industrial e logístico; ampliação de infraestrutura aeroportuária e de telecomunicações; formação de recursos humanos; investimentos em ciência, tecnologia e inovação devem ser articulados a partir de uma perspectiva regional.
- 16.** Aprimorar a educação pública, com requalificação e melhorias sensíveis na educação básica. Nesse mesmo contexto, temos que i) ampliar a escolarização; ii) erradicar o analfabetismo absoluto e funcional; iii) desenvolver, nos jovens, competências em matemática, na compreensão de textos complexos.
- 17.** Com fundamento em uma educação básica de qualidade, cabe i) massificar as carreiras técnicas, os diferentes ramos da engenharia; ii) formular e executar estratégias para aproximar as instituições de ensino e pesquisa das empresas; iii) contribuir para que os quadros das últimas absorvam mais mestres e doutores.
- 18.** Promover uma verdadeira e profunda reforma urbana que permita recuperar o atraso no provimento dos serviços públicos urbanos – saneamento ambiental, habitação, transportes, gestão de recursos hídricos etc. É elemento desse tema, igualmente, propiciar ao espaço urbano um novo conjunto de possibilidades econômicas, baseado fundamentalmente em sua capacidade de gerar relações, articular segmentos econômicos, saberes, competências tecnológicas etc.

- 19.** Promover um vigoroso programa de regularização fundiária urbana e rural, que permita legalizar e consequentemente incorporar como ativo milhões de propriedades que se encontram atualmente na condição de informalidade. Tal iniciativa seria proveitosa para disciplinar o uso dos territórios urbanos e rural, tendo impactos relevantes do ponto de vista das práticas empreendedoras, distribuição de riqueza e renda, caracterizando-se por fim como uma verdadeira política social, não desenvolvida até o presente momento.
- 20.** Ampliar e aprofundar as práticas públicas e privadas relacionadas à transparência, de tal forma que se fortaleçam elementos como competência, mérito, economicidade, publicidade etc. Nesse campo se espera particularmente que ocorra de modo efetivo o empoderamento da sociedade para fiscalizar a ação dos agentes públicos.

O PSB, seus dirigentes e militantes, acreditam que a agenda de vinte pontos aqui apresentada é um primeiro passo para que o País reencontre os caminhos do desenvolvimento sustentável. São tratados com maior ênfase os assuntos emergenciais, considerando as crises a que fazemos face.

A urgência do momento não desobriga a Nação, contudo, de pensar em horizonte mais largo, para construir consensos políticos e sociais que permitam a materialização de escolhas de ordem estratégica, que devem alterar de modo significativo a qualidade do desenvolvimento que historicamente temos conseguido alcançar.

Dentre as escolhas a fazer e consensos a edificar se destaca, por exemplo, tudo quanto diga respeito ao nosso modo de inserção no sistema-mundo. O Brasil tem que desejar ser Nação líder e isso, por si mesmo, já implica um grande conjunto de revoluções: educação, saúde, ciência e tecnologia etc.

Não bastará, no entanto, se os ganhos materiais, de produtividade e competitividade, não se fizerem acompanhar de justiça social. O equilíbrio dessa balança é, sem dúvida, missão das forças progressistas e, portanto, tarefa indeclinável do PSB.

Impressão

Capa: Couchê Fosco 210
Laminação Bopp Fosca Frente
Miolo: Couchê Fosco 115

Gráfica e Editora JEP Ltda.

Rua Desembargador José Batalha, 241,
Consolação - Vitória/ ES - CEP: 29045-480

Imagem de Capa

University of Texas Libraries
<http://www.lib.utexas.edu/maps/polar.html>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60441-22-8



9 788560 441228